

EDITORIAL

No conhecimento jurídico, na contemporaneidade, é imprescindível conceber sobre a necessária imersão em conteúdos que podem, de forma multidisciplinar, favorecer as condições suficientes para a solução mais humanizada do conflito, ou, minimamente, pode favorecer o restabelecimento da prerrogativa fundamental e social do direito, que é o seu escopo social, a pacificação. Com o viés na perspectiva de promoção desse conhecimento jurídico, a Revista Interfaces Científicas – Direito se propõe a compilar a produção textual dos trabalhos idealizados pela comunidade jurídico-científica e promover a sua divulgação. Nesse contexto, com enfoque nas diversas áreas do conhecimento e delineando as temáticas propostas para a presente edição, serão apresentados os artigos produzidos, que, respaldados na interdisciplinaridade necessária ao processo evolutivo da cultura jurídica contemporânea, que tem os olhares à movimentação da sociedade em seus diversos segmentos, tornam seus objetos imprescindíveis à consonância existente entre o ensino jurídico, a prática e o olhar sobre os conflitos decorrentes das relações sociais. A riqueza científica do material composto no presente periódico, notabiliza a importância da divulgação científica, sob o modelo de periódicos vinculados às instituições de ensino superior. Ao tornar pública a produção dos temas, objetos dos artigos compilados, a Interfaces Científicas-Direito faz um convite à leitura e ao deleite dos leitores e das leitoras. A obra é composta de 08 (oito) textos jurídicos que, de forma transversal, adentram à mescla de conhecimentos de áreas afins ao direito, no intuito de dialogar com o conteúdo proposto pelos seus autores e autoras, a partir da percepção do cotidiano da sociedade. No primeiro trabalho, intitulado, A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL DA UNIVERSIDADE TIRADENTES PARA A COMUNIDADE E OS DISCENTES, os autores destacam sobre a importância e contribuição do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) da Universidade Tiradentes, instituição privada de ensino superior, que tem o compromisso com a sociedade de, também, apresentar e prestar orientações técnicas e promover a consciência do dever social e fiscal para contribuintes de baixa renda, microempresários, microempreendedores individuais e entidades sem fins lucrativo, disseminando a educação fiscal e a conscientização dos cidadão para a melhor compreensão da declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e orientação aos Micros Empreendedores Individuais, além de consulta ao CPF, cadastro, emissão de DARF, PERDCOMP e parcelamentos, aliando o conhecimento à prática. No segundo texto, apresentado no presente periódico, que teve como temática A ELISÃO FISCAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, onde os seus autores desenvolvem a pesquisa para demonstrar a importância do planejamento tributário, tendo como finalidade, minimizar cada vez mais os custos, despesas e impostos, maximizando, assim, o lucro, desde que nenhuma das opções sejam consideradas crimes contra a ordem tributária e de forma multidisciplinar, o texto apresenta um estudo de caso para demonstrar, por meio de uma simulação, os impactos da escolha de diferentes tipos de regimes tributários e, assim, apresentar a melhor tributação para uma empresa de pequeno porte. No terceiro artigo com o tema HIPÓTESES DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA: UMA ABORDAGEM PARA

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA, os autores propõem a discussão sobre as formas de contribuição para Previdência social, buscando explicitar a respeito daquilo que seria a melhor modalidade, a partir da viabilidade econômica, sob o ponto de vista do contribuinte, demonstrando quais as vantagens e desvantagens dos dois tipos de contribuintes que se mostram no plano prático e real. No quarto trabalho, sob o título MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO BRASIL: REGISTRO, OBRIGATORIEDADES E BENEFÍCIOS DESTA MODALIDADE EMPRESARIAL, a pesquisa propôs a análise sobre as vantagens que o microempreendedor individual possui para os trabalhadores informais no Brasil e demonstrar de forma simplificada a formalização (abertura) e as obrigações acessórias desta modalidade, além de elencar as exigências da modalidade empresarial, foco da pesquisa e relacionar os procedimentos necessários, registro e formalização, com o enfoque nos direitos e obrigações atribuídas para melhor entendimento do empreendedor. O quinto trabalho, sob o nome A NOTABILIDADE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA PESSOA FÍSICA COM DOIS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS, traz a perspectiva dos seus autores sobre a proposta de um planejamento tributário a fim de reduzir os impactos dos impostos que são inevitáveis ao contribuinte. No texto é destaque a cautela que deve assumir o contribuinte no momento de declarar o IRPF, pois, os impactos dos impostos incidem diretamente nos rendimentos da PF, em especial, no contribuinte que possui mais de um vínculo empregatício, pois requer zelo ao informar sua declaração anual, uma vez que, com um acompanhamento mensal de seus rendimentos. No conceito de multidisciplinaridade, o sexto artigo, que está nominado: GESTÃO FINANCEIRA EM PEQUENAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO PARA IDENTIFICAR POSSÍVEIS FERRAMENTAS DE MELHORIAS, os autores evidenciam sobre a identificação da estrutura e avaliação da conduta da política de cobrança de contas a receber em uma empresa de pequeno porte no segmento de posto de combustível. O tema apresentado parte de um estudo que foi desenvolvido por meio da coleta de dados junto aos registros da empresa, relatórios contábeis, além de uma análise aberta de todo o processo de concessão de crédito, exigindo da empresa a adoção de uma política de cobrança mais específica e clara, a fim de atender aos clientes de acordo com suas exigências, proporcionando um melhor gerenciamento e controle de seus recursos financeiros. o sétimo e último texto apresentado na revista, sob o título ATO INTENCIONAL E NÃO INTENCIONAL: EMBASAMENTO CONCEITUAL A PARTIR DA AUTUAÇÃO DA AUDITORIA E CONTROLE INTERNO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, e proporciona ao leitor um entendimento das ferramentas do controle interno, suas relações e semelhanças com a auditoria na seara da prevenção de fraudes, tratando, especificamente, sobre os atos intencionais e não intencionais que podem ser praticados pelos órgãos e de auditoria e controle, almejando a eficácia das atividades. A Revista Interfaces Científicas-Direito é um periódico de fluxo contínuo e produzido para disseminar a cultura jurídica do país, tornando acessível e democrático o conhecimento apresentado pelos autores dos trabalhos publicados. Boa leitura!

Prof. Dr. Marlton Mota